

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
PPGCTIA
Seropédica - RJ

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
PPGCTIA
Seropédica - RJ

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
PPGCTIA
Seropédica - RJ

Lamounier Erthal Villela

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
PPGCTIA/PPGDT/DeCE
Seropédica - RJ

RESUMO: Múltiplas questões que envolvem o planejamento urbano e o desenvolvimento local são ações que perpassam pelas mais diferentes propostas de políticas públicas. Dessa forma a construção de abordagens teóricas no cenário do desenvolvimento regional tem na gestão social uma medida que propõe uma construção coletiva e desenvolvimentista. Por isso, esta pesquisa se orienta na análise da implementação dos megaempreendimentos locais instalados no município de Itaguaí (RJ) e região. Apresentando o processo de gestão

social como uma alternativa para auxiliar na construção de um planejamento urbano e nas condições de oferta de bens e serviços públicos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gestão Social. Megaempreendimentos. Desenvolvimento.

ABSTRACT: Many questions involving the urban planning and local development are actions that move through the most different proposals for public policies. Thus the construction of theoretical approaches in regional development scenario has in social management a measure proposing a collective and developmental construction. For this reason, this research is oriented in the review of the implementation of local megaprojects installed in the municipality of Itaguaí (RJ) and region. Introducing the process of social management as an alternative was to assist in the construction of an urban planning and supply conditions to local public goods and services.

KEYWORDS: Public Policy. Social Management. Megaprojects. Development.

1 | INTRODUÇÃO

Localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) à 69 km da capital,

o município de Itaguaí, possui uma área geográfica total de 272 km. O município está dividido em 44 bairros e uma zona de preservação ambiental, segundo a Lei 3.204 de 23 de dezembro de 2013 que “*estabelece o abairramento do município de Itaguaí*”.

Entre os anos de 2000 à 2014 o município sofreu um aumento populacional de 69.887% (de 82.030 para 117.374 mil habitantes) em decorrência da expansão do Distrito Industrial de Santa Cruz, ampliação Complexo Portuário de Itaguaí e a implementação dos megeaempreendimentos do Porto Sudeste Brasil S/A e do Estaleiro naval PROSUB – EBN/ Odebrecht, da nova planta da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da instalação da *ThyssenKrupp* (Companhia Siderúrgica do Atlântico) que está situada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, mas promove impactos diretos de poluição do ar e de resíduos no município de Itaguaí. Segundo os dados do IBGE Cidades (2018), Itaguaí registrou uma população estimada em 122.369 mil habitantes no ano de 2017, e um Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$ 4.283,923, com o PIB *per capita* de R\$ 62.147,95 (2015), com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) estimado na casa de 0,715. Considerado um indicador em estágio alto, pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. No entanto, o que se evidencia a partir das análises apresentadas nesta pesquisa é que apesar do IDHM de Itaguaí se destacar em um nível alto, o município não apresenta níveis altos no que tange ao desenvolvimento social em áreas como saúde, educação, e participação social na configuração de políticas públicas locais, tendo no geral um descolamento do indicador devido à alta concentração de investimentos de grande porte em seu território, principalmente, na região da Ilha da Madeira.

1.1 Aspectos espaciais, temporais e metodologia

Esse artigo dar-se na região da Baía de Sepetiba em especial o município de Itaguaí (Rio de Janeiro / Brasil), em um raio de distância de seis quilômetros entre os empreendimentos da região do Porto de Itaguaí e da Zona Industrial de Santa Cruz. Tem como características temporais entre os anos de 2007, com o início da implementação dos megeaempreendimentos na região, até o ano de 2014. A metodologia científica utilizada nesse artigo foi de modalidade aplicada e de campo. Com características explicativas em um método observacional, em uma abordagem qualitativa, utilizando de estudos bibliográficos e análise documental.

2 | OS MEGAEMPREENDIMIENTOS

A Companhia Siderúrgica do Atlântico, TK-CSA, tem suas ações divididas em duas companhias (*ThyssenKrupp* 73,13% e Companhia Vale do Rio doce 26,87%), teve durante sua construção valores que envolvem cerca de R\$ 11,4 bilhões, 18 mil empregos na construção e 3,5 mil na operação (BUENO, 2009). Tendo sua construção iniciada no ano de 2007 e início operacional no ano de 2009. Também no ano de 2007,

na área geográfica da zona do porto de Itaguaí ocorreu a implementação em uma área aberta as atividades da (CSN) Companhia Siderúrgica Nacional, com investimento inicial de mais de R\$ 7.89 bilhões de reais, mais de 18 mil empregos diretos durante a obra de implementação e 3,5 milhões de empregos na operação.

Na tabela a seguir são expostos alguns dos grandes projetos de investimento local que vem sendo implementados na cidade de Itaguaí em torno de uma política de desenvolvimento que agrega empresas privadas, bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e a ação de empresas de capital misto como a Petrobrás. Segundo o relatório Decisão Rio 2012-2014 os investimentos da Petrobras em todo o estado do Rio de Janeiro se fixa na casa dos 107,7 bilhões de reais. E a empresa também mantém atividades na região da Baía de Sepetiba, e, na cidade de Itaguaí. Contudo, investimentos realizados não foram detalhados (FIRJAN, 2014, p. 15).

Investimento	Setor	Objetivo	Valor Investimento entre 2012-2014 (R\$ bilhões)	Valor Investimento entre 2014-2016 (R\$ bilhões)
PROSUB	Construção Naval	Implantação e Construção de Embarcação	5,2	7,7
Porto de Itaguaí	Transporte/Logística	Expansão/Modernização	1,3	-
Porto Sudeste	Transporte/Logística	Implantação	1,3	-
Terminal da USI-MINAS	Transporte/Logística	Implantação	1,3	-
Siderúrgica da Gerdau (Cosigua)	Siderúrgica	Expansão/Modernização	1,2	1,3
Companhia Estadual de Água e Esgoto	Saneamento Básico	Implementação e Expansão/Modernização	0,6	0,9
Arco Metropolitano	Transporte/Logística	Implantação	0,3	0,2

Tabela 01. Investimentos no município de Itaguaí:

Fonte: FIRJAN (2018). Adaptado pelos autores.

A Gerdau está situada no Distrito Industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo o empreendimento possui como área de influência a cidade de Itaguaí e toda a região. Haja vista que os seus impactos ambientais e de escoamento da produção atingem a Baía de Sepetiba.

Cabe destacar a partir da tabela acima que os investimentos promovidos no município de Itaguaí, em sua grande maioria, se deram nos setores de transporte/logística e construção naval, somando a quantia de R\$ 9,4 bilhões no período de 2012-2014. E R\$ 7,9 bilhões entre 2014 e 2016. Contudo, os valores referentes aos investimentos no Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), foram diluídos por toda a extensão da rodovia, que congrega nove (09) municípios da metrópole fluminense.

Tais investimentos não se limitaram apenas aos limites administrativos do município de Itaguaí, entretanto, a partir das análises de Alcântara (2011) e Francisco (2016) nota-se que os impactos do Arco Metropolitano, tanto na paisagem quanto na composição territorial do município, se demonstram de forma clara.

Outro investimento que foi incorporado de forma diluída, e não apenas na municipalidade de Itaguaí foram os montantes relacionados à implementação, expansão e modernização da rede de água e esgoto pela CEDAE. Onde municípios como Nova Iguaçu e Seropédica também foram beneficiados, atendendo de forma insuficiente a demanda historicamente reprimida pela debilidade de políticas públicas de saneamento voltadas para os municípios que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O próprio Plano de Saneamento Municipal de Itaguaí, disponibilizado em 2016, demonstra a fragilidade do sistema de esgotamento local: *“a maioria da população urbana despeja seu esgoto nas galerias de drenagem, confirmado pela situação atual de alguns dos canais de drenagem visitados e pela inativação das estações elevatórias de esgoto”* (ITAGUAÍ, 2016, p. 127).

Iniciou-se no ano de 2010 as obras de construção do megaempreendimento denominado Porto Sudeste do Brasil S/A a construção desse empreendimento é voltado para a criação de um terminal portuário privado que escoe a produção de minério de ferro extraído no estado de Minas Gerais sendo sua utilização mista (própria e alugada). Sua conclusão estava prevista para o ano de 2015, com investimentos na ordem de mais de R\$ 1.2 bilhões (apenas entre os anos de 2001-2013).

No ano de 2012 na região da praia do saco do Engenho (bairro da Ilha da Madeira: Itaguaí), a marinha do Brasil deu início ao programa PROSUB (programa de desenvolvimento de submarinos), com o intuito de desenvolver submarinos de propulsão nuclear e submarinos de diesel-elétrico em uma área de extensão total de 700 metros de extensão por 14 metros de diâmetro, perfazendo um total de 103 mil m². O programa PROSUB está sendo desenvolvido em um consórcio entre a empresa Francesa DCNS (*Direction des Constructions Navales et Services*) e a empresa brasileira Odebrecht.

Os relatórios técnicos disponíveis no site da Marinha do Brasil demonstram que até o ano de 2014 foram gastos R\$ 10.3 bilhões com uma proporção de 48% das obras concluídas. E com uma previsão de R\$ 2.261 bilhões para a conclusão de metas, e, mais R\$ 11 bilhões para conclusão dos cronogramas físico-financeiros. Tendo a previsão de conclusão das obras para o ano de 2023. Segundo dados fornecidos pelo próprio site da Marinha do Brasil serão criados 8 mil empregos diretos e 32 mil indiretos, e durante a construção dos submarinos serão criados 5.600 empregos diretos e 14 mil indiretos (MARINHA, 2011).

Toda a região da Zona Industrial de Santa Cruz e da macrozona do complexo portuário do porto de Itaguaí, tiveram sua expansão acentuada para além destes megaempreendimentos citados. Ao total ambas as regiões somam hoje 28 empreendimentos de grande porte, somente nessa região em um raio de 6 quilômetros

totais. Além de mais de 200 pequenos empreendimentos (empresas satélites), que prestam serviços diretamente para esses empreendimentos de grande porte.

Atualmente os principais empreendimentos na região do Porto de Itaguaí, são: Sepetiba Tecom S/A, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Usiminas (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), Valesul alumínio S/A, NUCLEP (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A), CPBS (Companhia Portuária Baía de Sepetiba), Marinha do Brasil (Odebrech – DCNS) e a Porto Sudeste Brasil S/A.



Figura 01. Complexo Portuário, Estaleiro Naval, Petrobrás, Gerdau e TKCSA
Fonte: Alcântara (2013).

Na região da Zona Industrial de Santa Cruz (Já acrescidos dos empreendimentos em fase de implementação) os megaempreendimento e empreendimentos que cabem o destaque, são: FCC – Fábrica Carioca de Catalizadores S/A, Casa da Moeda do Brasil S/A, EKA Chemicals do Brasil S/A, Furnas Centrais Elétricas S/A, Gerdau Aços Longos S/A (Cosígua), Linde Gases LTDA, Petrobrás, Morganite Brasil LTDA, Pan – Americana S/A Industrias Químicas, Sicpa Brasil indústria de Tintas e Sistemas LTDA, Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S/A, Rexam Beverage Can América S/A South, Transcor Indústria de Pigmentos e Corantes LTDA, Gipsita, Champion Tech, Sicpa, Rolls Royce, Oil States, Rio Manguinhos, TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico.

3 | AS VERTENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Notoriamente crescem as análises e estudos sobre a ótica do território. E destes estudos tem se ampliado um arcabouço teórico que busca compreender como as localidades estão envolvidas nos processos de desenvolvimento do sistema capitalista atual. No entanto essas análises regionais acabam sendo permeadas e estruturadas pelas características específicas deste cenário. Por isto, os fatores ambientais, políticos

e sociais destas localidades devem ser observados sobre a ótica do desenvolvimento territorial.

Conceitualmente Abramovay (2010) destaca que a abordagem do desenvolvimento territorial traz conexões entre fatores naturais e sociais; além de trazer uma análise das instituições que permeiam este espaço observado. Isto porque as relações entre o local e o global tornam-se cada vez mais estreitas. Assim, seguindo esta linha teórica, pensar o território de Itaguaí e o modelo de desenvolvimento econômico que ali se manifesta não significa pensar apenas na estrutura capitalista em sua esfera internacional, apesar desta ser um fator relevante. Mas cabe, uma análise multiescalar, que contemple as múltiplas esferas que estão em torno desse modelo desenvolvimentista que se baseia no território e que se conecta a geoeconomia internacional. O pensar em múltiplas escalas passa a ser emergencial para uma análise mais específica das diversas variáveis que tangenciam a ação local (BRANDÃO, 2012).

E para que ao mesmo tempo estas análises do local não se tornem localistas. O conceito teórico-conceitual de localismo, na atual conjuntura, trata sobre aspectos objetivos e subjetivos intrínsecos a determinada região e sua relação com o desenvolvimento regional (territorial). E a sua relação direta com a questão da localidade analisada. Sobre este aspecto Brandão (op. cit.) ainda denota que:

Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas ad hoc dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente region-especific. Muitos desses trabalhos negligenciam que há hierarquias inter-regionais, e o comando maior desses processos, geralmente, está fora do espaço sob análise. (BRANDÃO, 2012, p. 48).

Analisando a multiplicidade de escalas geoeconômicas, observa-se que a literatura sobre desenvolvimento regional foca em suas análises sobre a ótica da governança local e no processo de gestão local, da atuação dos conselhos comunitários, das instituições e organizações envolvidas nesse território. Enfim, acaba sendo aprofundada em examinar o *locus*, mas em contrapartida acaba esquecendo-se das outras escalas que também fazem parte da dinâmica regional. Negligenciando muitas vezes as diversas variáveis externas que tornam esse processo viável.

Tais analogias conduzem ao entendimento de que uma política pública ou um plano diretor local pautado em um processo de gestão social, teriam maiores possibilidades de apresentar uma construção dialógica que promova um desenvolvimento local. Baseando-se assim em uma governança territorial, capaz de gerar inserir a população deste território nos processos de transformação econômica que ali se desencadeiam.

4 | GESTÃO SOCIAL, UM ELEMENTO DIALÉTICO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A intenção não é apresentar especificamente uma política pública no caso do município de Itaguaí / RJ. Mas proporcionar o entendimento de que um desenvolvimento pautado em um processo de política pública só ocorre quando construído de forma coletiva entre os atores de tal localidade (sociedade civil, governo e mercado).

Uma política pública seja de caráter local, regional ou nacional, tem como fim direto a sociedade civil por isso “o tema gestão social tem sido evocado nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais para os sistemas-governo, sobretudo na implementação de políticas públicas” (Tenório, 1998, p.1), como uma forma não somente de propiciar voz no que se refere aos resultados dessa política pública, mais também como instrumento fundamental em sua concepção. Segundo a definição de Cansado, Tenório e Pereira (2011) “gestão social” significa:

Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação como fim último [...] em outras palavras, pode haver gestão para além dela. (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p. 697).

A compreensão do termo gestão social tem como um de suas bases o conceito de cidadania deliberativa e racionalidade comunicativa (Habermas, 1987) que busca apresentar uma proposta de bem comum a partir do diálogo e da construção coletiva democrática. Justamente o que é corroborado por Pereira e Rigatto (2011), que afirma que uma política pública dialógica só existe quando se relacionam: Estado e a sociedade civil. Visando o protagonismo dos atores no processo de elaboração e avaliação das ações do Estado.

Com base nos conceitos apresentados pode-se definir uma política pública resultante de uma gestão social quando os atores são incluídos no processo de discussão, tendo como resultado em uma tomada de decisão, respeitando uma igualdade participativa com um caráter pluralista de atuação entre o poder público, o mercado e a sociedade civil, respeitando a opinião de cada integrante de uma forma autônoma, tendo como resultante final o bem comum.

Definir uma política pública como exitosa em uma localidade, como vem sendo apresentada em Itaguaí, pautada nos resultados econômicos, é escamotear a realidade de políticas locais que não conseguem uma abrangência desses programas para as classes sociais mais necessitadas das políticas públicas para os moradores de baixa renda. Assim enquanto o viés econômico, desenvolve de forma escalar as análises de políticas públicas e sociais permanecem de uma forma deficitária em relação ao crescimento econômico.

5 | ITAGUAÍ E O EFEITO DOS MEGAEMPREENHIMENTOS

Ao se analisar a evolução histórica do PIB do município de Itaguaí, pode-se perceber um aumento acentuado das finanças municipais principalmente no período referente ao ano de 2007. Ano em que se iniciam as obras de implementação de alguns dos megaempreendimentos aqui observados. E traz novas dinâmicas para a localidade, como o aquecimento do setor de construção civil da cidade, desencadeando uma série de outros efeitos sobre os mais diferentes ramos da economia de Itaguaí.

Concomitante a esse fenômeno revela-se também um aumento das receitas próprias do município de Itaguaí perante as receitas oriundas de repasses do governo federal. Fato que pode ser explicado pelo aumento de captação de recursos de cunho municipal como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto Sobre a Propriedade Predial Territorial e Urbana (IPTU) entre os anos de 2007 e 2012. O Imposto Sobre a Transmissão “inter vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis (ITBI) demonstra uma oscilação neste período com momentos de crescimento e de retração entre 2007 e 2016, isto porque grande parte dos megaempreendimentos não promoveram o pagamento do Imposto ao se fixar no município, devido aos acordos firmados entre as grandes firmas e o poder público local no sentido de implementar uma forte política de isenção fiscal e desregulamentação para estimular a atividade industrial e os investimentos de expansão. No gráfico abaixo pode se notar um panorama geral da evolução na capacidade de autonomia das finanças municipais.

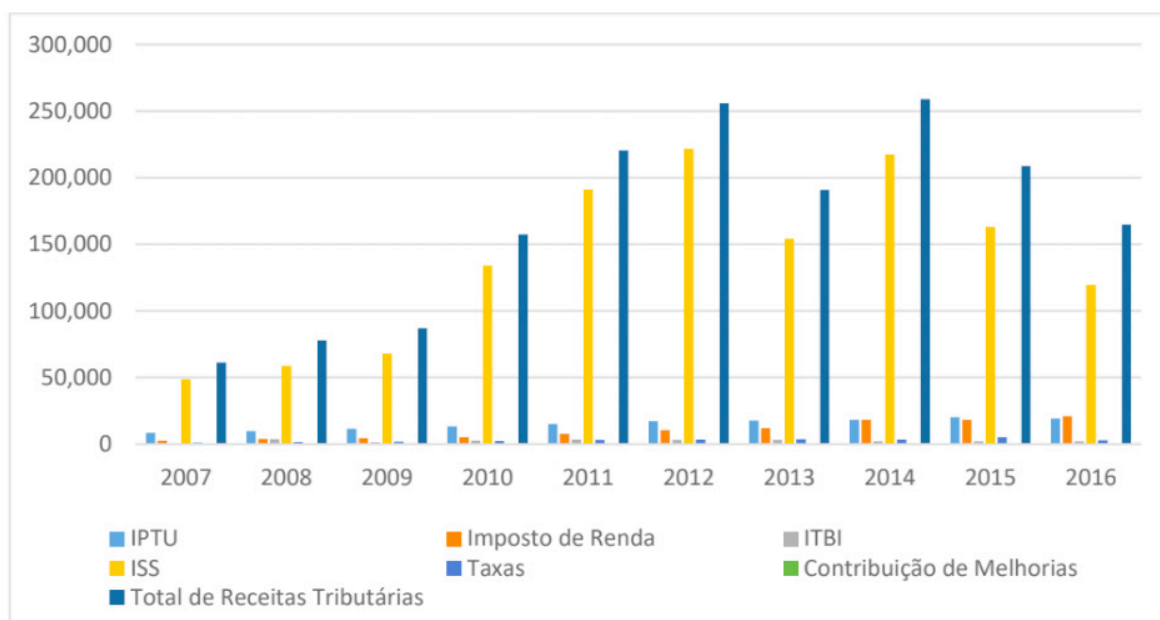


Figura 02. Evolução das Receitas Próprias de Itaguaí (2007-2016).

Fonte: TCE (2018). Elaborado pelos autores.

A partir de uma observação do gráfico apresentado acima, destaca-se a evolução apresentada na arrecadação do ISS municipal. Fenômeno intensificado, principalmente, no período entre 2007-2012, tendo uma ampliação de 358% na arrecadação do ISS (TCE, 2018). Expansão altamente ligada ao aumento da capacidade produtiva de

bens e serviços na localidade, seja diretamente ligado aos megaempreendimentos, seja, por efeitos de escala da atividade econômica promovida por estes.

As receitas tributárias no geral, apresentam uma expansão de 317% neste mesmo período (2007-2012). Tendo um decréscimo, no ano de 2013 que se deu principalmente pelo processo de finalização das obras de construção dos megaempreendimentos aliados ao período de incertezas provindo pelas eleições do ano seguinte (2015). Em 2014 as receitas tributárias municipais voltaram a crescer, intensificadas principalmente pela ampliação do comércio internacional brasileiro ligado às *commodities* junto ao mercado internacional. Contudo, apesar do aumento, este não se manteve nos anos seguintes devido a ampliação da crise política nacional que acarretou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), que foi encerrado em agosto de 2016.

No entanto, faz-se necessário destacar que mesmo sendo referência sobre o aspecto do controle financeiro, a partir de sucessivos superávits financeiros, devido a ampliação das receitas próprias, Itaguaí ainda possui grandes desafios principalmente no que diz respeito a sua capacidade de promover uma melhor qualidade de vida local. Perpassam aí desafios como: melhoria da saúde, da oferta de equipamentos públicos, de educação, habitação, entre outros direitos que se fazem parte do direito à cidade.

Á medida que nos afastamos do núcleo, encontramos as moradias das populações de menos renda, os serviços públicos começam a rarear e a ocupação começa a ficar mais rarefeita (...) nestas áreas predominam as casas autoconstruídas e em grande parte das ruas não possuem pavimentação (...) Tendência que se vislumbra é acirramento das desigualdades de renda que pode levar a construção de condomínios e bairros voltados para essa nova “elite” que, com certeza, não pretenderá morar junto aos pobres. Estes por sua vez, irão procurar ocupar as áreas periféricas da atual mancha urbana. (SIMÕES, 2011, p. 47, 48 e 49).

O crescente aporte econômico que se descola dos aspectos sócio-políticos, principalmente no que se refere às políticas públicas que de fato não vem contemplar a localidade. Em especial as classes mais pobres e que notoriamente tem os piores acessos a uma melhoria na sua qualidade de vida.

Dentro desse quadro a prática é inversa à teoria se comparado com o descrito no Plano Diretor que “*corresponde ao direito à cidade para todos os cidadãos, o que compreende os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e aos serviços públicos, (...) educação, à saúde, à cultura e ao lazer*” (ITAGUAÍ; 2008). O que demonstra um desinteresse e despreparo na esfera pública (em específico no âmbito municipal) em utilizar desse aporte econômico como um caminho tangível para a formação de uma política pública eficaz para a esfera local.

De acordo com Francisco (2016), grande parte dos conselheiros comunitários de Itaguaí nunca participaram conjuntamente como o poder público de estudos ou análises de impacto territorial referente as transformações promovidas pelos megaempreendimentos no município. Dos 25 (vinte e cinco) conselheiros entrevistados,

dezoito (72%) afirmaram nunca ter participado de nenhum estudo de impacto territorial. Outros seis (24%) disseram ter participado muito pouco ativamente de alguma análise de impacto. E apenas um conselheiro do município (4%) afirmou ter participado de algumas atividades. O que denota a fragilidade dos processos de análise dos impactos dos megaempreendimentos, que no geral não foram participativos ou inclusivos, dialogando com as demandas e fragilidades observadas pela população local.

O gráfico abaixo representa uma síntese dessa falta de dialogicidade entre os estudos de impacto territorial e os conselheiros locais:



Gráfico 01. Nível de Participação em Estudos de Impactos Territoriais

Fonte: Francisco (2016).

No entanto, as políticas empreendidas na cidade de Itaguaí não se apresentam como uma significativa melhora da qualidade de vida no município. Villela e Vidal (2014) assim, denotam que as próprias receitas no campo da educação municipal não vêm expressando em uma melhoria da educação local. Ao contrário, a localidade continua apresentando algumas carências de equipamentos escolares. Seja no segmento superior (quase que nulo), até a rede municipal de Ensino Médio que é inexistente.

Nesse sentido pode-se notar que o direito a produção do espaço da cidade não tem sido empreendido como algo coletivo, e, que tem como objetivo final o bem-estar da coletividade. Mas nota-se a supremacia de interesses embasados na gestão estratégica e na implementação de políticas públicas mercadológicas com o intuito de fomentar setores produtivos ligados a exportação. Principalmente nas cadeias de produção de minérios (por meio da CSN e da CSA), e na consolidação dos terminais portuários da região (vide a expansão do Porto de Itaguaí e a construção do Porto Sudeste).

David Harvey (2013) considera o direito à cidade como o direito de se planejar as políticas e orientações do território conforme as necessidades sociais. Assim:

El derecho a la ciudad es por tanto mucho mas que um derecho de acceso individual o colectivo a los recursos que esta almacena o protege; es un derecho a cambiar y reinventar la ciudad de acuerdo con nuestros deseos. Es, ademas, um derecho mas colectivo que individual, ya que la reinencion de la ciudad depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo sobre el proceso de urbanizacion. (...) Reclamar el derecho a la ciudad en el sentido en que yo lo entendo supone reivindicar algun tipo de poder configurador del proceso de urbanización, (HARVEY, 2013, p. 20-21).

E este direito à cidade deve ser incentivado com a efetivação de espaços para se pensar a cidade e as questões que envolvem a coletividade local. Seja por meio dos conselhos gestores municipais, dos órgãos comunitários, das audiências públicas e tantas outras ferramentas participativas que evoquem a possibilidade de uma construção democrática participativa. Embasada no que Tenório (1998) considera como interesses pautados no coletivo e no diálogo entre os mais diferentes atores envolvidos. Tendo como princípio a formulação de políticas *bottom up*, ou seja, que emergem da sociedade, segundo os interesses locais.

Se opondo ao atual processo de políticas de econômicas que têm sido formuladas de forma centralizada. E que não empreendem em um processo de desenvolvimento territorial sustentável, uma vez que não abrange alguns preceitos deste como: coesão territorial e participação da sociedade civil no processo de planejamento e implementação das políticas locais. O que torna o processo de gestão das políticas públicas do município um conjunto de ações monológicas, seguindo uma modelagem *top down*, pouco dialógica diante as demandas comunitárias. E subserviente aos interesses mercadológicos dos megaempreendimentos que promovem a destruição dos ecossistemas e sistemas tradicionais de produção agrícola. Pautando-se em atender aos interesses de alguns segmentos sociais e de determinados grupos econômicos que operam na região com interesses, em grande parte, ligados à localização geoeconômica do município (VILLELA; *et. al.*, 2014).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar o município de Itaguaí como um caso de sucesso é olhar somente pelo viés econômico, a partir de números, dados e gráficos duros que não condizem com a realidade da região que hoje passa por uma extinção de características históricas, culturais locais, destruição do ecossistema natural da região da Baía de Sepetiba e um processo de gentrificação da população local tendo como beneficiário empresas privadas, enquanto o que se repassa para os cofres públicos não é convertido para população o através de políticas públicas, que de fato seriam somente um estado compensatório e reparativo da destruição do local.

O município de Itaguaí hoje demonstra um caso de má gestão pública onde as necessidades políticas e sociais, não andam associadas à expansão populacional. Principalmente no que tange e a prestação de serviços públicos como educação, saneamento básico, pavimentação asfáltica, saúde, entre outros. E até mesmo a prestação de serviços privados com interesse público como: transporte coletivo, distribuição de água e energia elétrica.

Ficando como herança para a população munícipe a destruição do ambiente natural e paisagístico local. Assim como a ruptura das relações históricas e sociais

das comunidades tradicionais da localidade, o que se manifesta no fim da sensação de pertencimento e o descrédito de melhora da qualidade de vida nestes territórios.

Dessa forma a gestão social apresenta como alternativa na formulação, manutenção e avaliação de uma política pública de caráter desenvolvimentista, que utilize do crescimento econômico como prelúdio para sua execução, mais que não perca o caráter dialógico com a sociedade, resultando em uma distribuição escalar para as camadas mais pobres de forma inversa a atual concentração econômica das atuais sociedades capitalistas.

Podendo assim, reconfigurar a composição de políticas públicas para um modelo mais participativo e integrador, que seja elaborado junto com a sociedade local. E que vise a formulação de políticas públicas que sejam legitimadas pelas comunidades locais e não apenas segundos os interesses mercadológicos promovidos pelos grandes grupos econômicos. Este processo de dialogicidade territorial, pode estruturar um processo de desenvolvimento que não esteja pautado simplesmente nos fundamentos do crescimento econômico. Mas que se tenham como metas a melhoria da qualidade de vida, um padrão de desenvolvimento territorial sustentável (que agrida menos a natureza e desperdice menos os recursos naturais), e, que fortaleça as instituições e as relações socioprodutivas tradicionais como a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e as dinâmicas de vida das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para **uma Teoria dos Estudos Territoriais**. In: VIEIRA, P. F.; *et. al.*; (Orgs.). Desenvolvimento Territorial no Brasil: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: ADEP, 2010.
- ALCANTARA, D. **Itaguaí e Seropédica: nós nas redes** – Conflitos e transformações da paisagem. Artigo dos anais da VI oficina de Arquitetura da Paisagem e III oficina Quapa-SEL RJ, p. 1-25. 2011.
- ATLAS BRASIL. Perfil Itaguaí, RJ. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5400#vulnerabilidade Acessado em: 18 de agosto de 2018.
- BUENO, J. **Com a instalação da TKCSA, abre-se caminho para instalação de um pólo metal-mecânico naquela área**. Rio de Janeiro: Jornal dos Economistas. n° 239 Junho DE 2009. Disponível em <http://www.coreconrj.org.br/pdf/JE_junho2009.pdf>. Acesso em 19/02/2014.
- BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2º Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.
- CANÇADO, A.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Caderno EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011
- CIDE-RJ – Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro em dados**. Disponível em < http://www.cide.rj.gov.br/tabelas/IDH_1991_2000_RJ.xls>. Acesso em 19 nov. 2014.
- FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Decisão Rio 2012 2014**. Disponível em: http://www.firjan.org.br/decisaoport20122014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf Acessado em: 20 nov. 2014.

FRANCISCO, D. N. Controle social e políticas de desenvolvimento: um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). 2016.

FRANCISCO, D. N.; VILLELA, L. E. Controle Social Local face às Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí (RJ). *Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial*, v. 1, 2017. p. 40-47.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

HARVEY, D. *Ciudades rebeldes del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil – 2011. **Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:** <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm> **Acessado em: 20 nov. 2014.**

ITAGUAÍ. Plano Diretor do Município de Itaguaí. Prefeitura Municipal de Itaguaí. **2008. ITAGUAÍ. Estabelece o Abairramento do município de Itaguaí. Câmara Municipal de Itaguaí. Lei nº o de 2013.**

_____. - **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAGUAÍ. 2016. Disponível em:** http://transparencia.itaguai.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Produto-06_PMSB-Itagua%C3%AD_Vers%C3%A3o-Final_1115_R1.pdf **Acessado em: 20 de agosto de 2018.**

MARINHA DO BRASIL. PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos: Construção do estaleiro e Base naval. **Brasília / DF. 2011.**

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão social de políticas públicas no contexto das relações entre estado e sociedade moderna. In: **PEREIRA, J. R. (Org.)**. Gestão social de políticas públicas. **Lavras: UFLA, 2011. p. 17-34**

SIMÕES, M. R. Ambiente e Sociedade na baixada fluminense. **Mesquita. Editora Entorno, 2011.**

TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos socioeconômicos. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2014.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Uma perspectiva conceitual. **Revista RAP. Rio de Janeiro. 5º ano. Set/Out. 1998. p. 7-23**

VAINER, C. B. Fragmentação e Projeto Nacional: **desafios para o planejamento territorial. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 12, 2007.**

VILLELA, L. E; *et al.* Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável-Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí RJ. **Desenvolvimento em Questão ano 10, v. 21. p. 119 145. 2012.**

_____; *et. al.* Desenvolvimento versus crescimento: as contradições no município de Itaguaí-RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, v. 5. 2014. p. 61-78.**

_____; **VIDAL, M. de O.** Grandes Projetos de Investimento em Itaguaí-RJ e investimentos em educação: o dilema do desenvolvimento territorial. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 2, n. 1. Blumenau. 2014. p. 223-233.**

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

